

revista SERJUSMIG

www.serjasmig.org.br



O PAPEL DO SINDICATO NA DEFESA DO TRABALHADOR

UM POUCO DE HISTÓRIA...

*Um terrível pesadelo,
até que os sindicatos
entraram em cena...*

REPRESENTANTES DE QUEM?

*Legislativo brasileiro
ainda é dominado
pelos detentores do
poder econômico*

E ESSA MESA DE NEGOCIAÇÃO?

*Instrumento e resultado
da luta, espaço não é
solução mágica para
todos os problemas*



revista SERJUSMIG

Sede: Rua dos Guajajaras, 1984, Barro Preto -
Belo Horizonte/MG - CEP: 30180-101

Expediente

Diretoria:
Gestão 2022 a 2025

Conselho editorial:
Diretoria executiva e equipe de
comunicação

Organização e edição:
Maíra Gomes

Jornalistas:
Carla Abreu, Maíra Gomes e Wallace
Oliveira

Projeto gráfico e diagramação:
Carolina Garcia

Fotos:
Equipe de comunicação e colaboradores

Ilustrações:
Carolina Garcia

Colaboradores:
Joana Tavares (Jornalista), Assessoria da
Diretoria e Assessoria Jurídica.

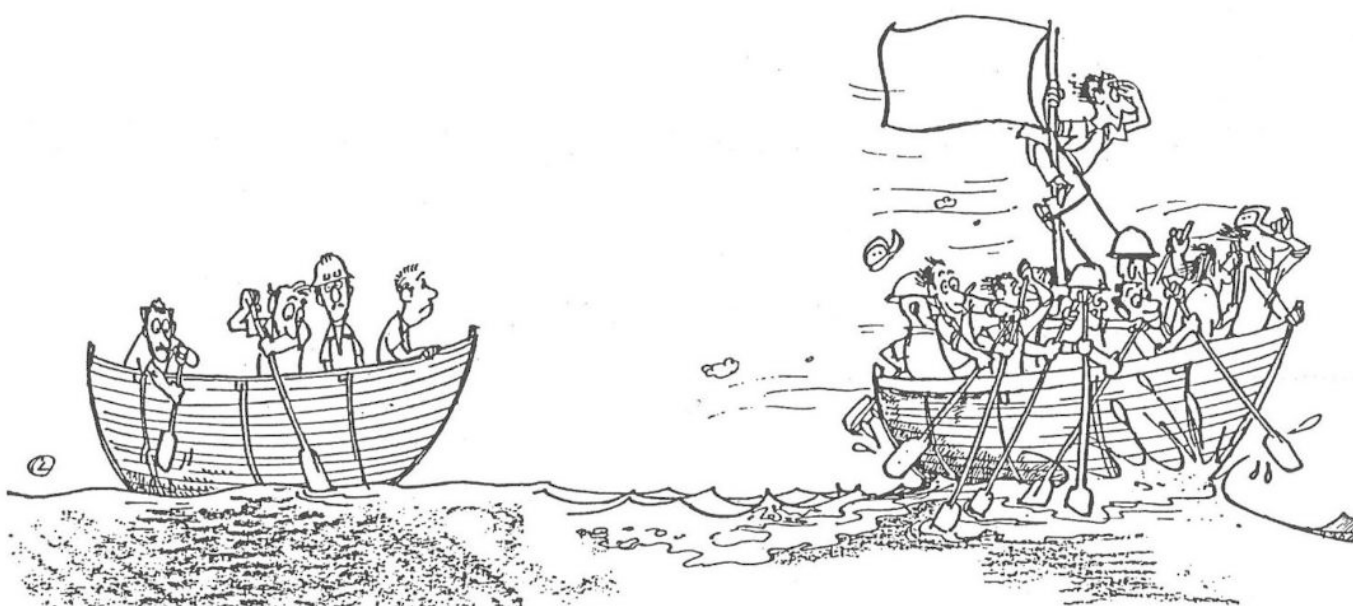


Imagem: Laerte

NESTA EDIÇÃO

04 HISTÓRIA

A história da luta sindical e os desafios da participação

06 FORÇA E UNIDADE

Unidade na luta é essencial contra o ataque neoliberal

08 POLÍTICA

A importância da atuação parlamentar do sindicato

10 LUTA

Reformas indesejadas

11 COMUNICAÇÃO

Comunicação sindical como ferramenta política

13 JURÍDICO

O papel do setor jurídico na defesa do servidor

14 PARTICIPAÇÃO

Encontros regionais

16 DIREITOS

Mesa de negociação é conquista dos servidores

18 APOSENTADOS

Aposentados, sim!
Na luta, sempre!

19 BENEFÍCIOS

A organização coletiva possibilita benefícios

20 ENTREVISTA

Lutar contra o assédio é lutar contra a precarização

23 PALAVRA DA DIRETORIA

Nada será como antes

ESTA REVISTA É PARA VOCÊ

Olá, servidor e servidora do Poder Judiciário de Minas Gerais!

Este ano, a diretoria do SERJUSMIG se desafiou a entregar em suas mãos a Revista SERJUSMIG, o início de uma publicação que se tornará histórica no fortalecimento da luta por direitos dos trabalhadores e em defesa do serviço público.

Com conteúdo de formação sobre o sindicato, você lerá em nossa primeira edição um pouco sobre a história dos sindicatos no Brasil e no mundo; os desafios impostos pela eleição de um Legislativo contrário aos direitos do povo; a importância das ferramentas de luta de um sindicato, como a mesa de negociação, a comunicação e a atuação jurídica.

A união entre as entidades representativas dos trabalhadores de diversas categorias e setores da sociedade é destaque também nesta publicação, exaltando a força que a unidade garante à luta.

Mostramos, ainda, como o poder do sindicato é ampliado quando se unem os servidores aposentados, trazendo a história das conquistas já realizadas e a experiência de muitas batalhas travadas.

Esperamos que, com este material em mãos, você, servidor e servidora sindicalizados, se aprofundem no papel do sindicato para a garantia de direitos e melhoria do serviço público na vida da população. Que os esclarecimentos aqui dispostos sejam absorvidos por cada um e cada uma de vocês, e se comprometam a passar adiante.

“

**A força da luta
do SERJUSMIG
está na
participação
dos servidores**

A força da luta travada pelo SERJUSMIG está na participação dos sindicalizados, que, unidos, formam a nossa entidade representativa e combativa. Sigamos juntos, de mãos dadas, para um próximo ano de muitas conquistas!

O sindicato somos todos nós!



“O SINDICATO É UM ESCUDO DE DEFESA DOS TRABALHADORES”

DESAFIOS *Organização sindical existe há mais de 200 anos e precisa se reinventar nos tempos atuais*

Por Joana Tavares

Há cerca de 250 anos, por volta de 1760, o capitalismo começava a se configurar como sistema social. A industrialização nascente exigia uma grande entrega da força de trabalho – tanto dos homens quanto das mulheres e crianças. Não havia regulação da jornada, que poderia ultrapassar as 12, 14 e chegar até a 18 horas. O pagamento pelo trabalho não necessariamente garantia condições dignas de moradia, saúde, vestuário, alimentação.

Quando esse modelo chegou ao Brasil, anos depois, a realidade da maioria da força de trabalho era ligada ao modelo colonial, escravocrata e rural. Em termos comparativos com a realidade europeia, a industrialização foi tardia, mas a organização sindical não demorou a se articular.

“A organização sindical no Brasil cresceu e se consolidou rapidamente após a proclamação da República em 1889. Havia uma forte experiência de organização dos trabalhadores e trabalhadoras escravizados e esse fator contribuirá grandemente para o vigor das entidades representativas dos trabalhadores”, afirma Samuel Fernando de Souza, professor da Escola Dieese de Ciências do

Trabalho.

Outro fator que acelerou a organização sindical foi a experiência de imigrantes europeus, mas, como sublinha Samuel, esse fenômeno era mais restrito ao sudeste e sul do país, onde aconteceram as primeiras greves e outras paralisações sindicais.

Como exemplo dessa integração, o professor fala das práticas de assistência incorporadas pelas instituições da classe trabalhadora como forma de sobrevivência, frente à ausência de regulação do trabalho, assim como a luta aberta por direitos. “O contexto da formação dos sindicatos era de luta para combater os resquícios do escravismo nas relações de trabalho, no objetivo de estabelecer limites para a exploração”, resume.

“Sindicato é uma estrutura coletiva, associativa, é uma estrutura necessariamente de solidariedade entre os trabalhadores, porque o sindicato é uma espécie de escudo da classe trabalhadora, ou das categorias, um escudo de defesa coletiva”, argumenta Eliane Martins, socióloga e integrante da coordenação nacional do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD).

Foram os sindicatos, de diferentes formatos, tamanhos e

estruturas, que protagonizaram as grandes lutas em defesa de direitos fundamentais, como regulação da jornada, por melhores salários e condições



dignas de trabalho. Até 1930, as poucas leis trabalhistas que existiam não eram aplicadas.

“O contexto da formação dos sindicatos era de estabelecer limites para a exploração

CONQUISTAS DE DIREITOS

Depois de muita luta e pressão, no simbólico dia 1º de maio de 1943, Getúlio Vargas promulga a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, que estabeleceu diversas medidas protetivas, como a jornada máxima de oito horas diárias, descanso semanal remunerado, aviso prévio, licença maternidade, 13º salário, férias, proteção contra demissão sem justa causa, seguro-desemprego.

Ao mesmo tempo, as primeiras leis também atrelaram a estrutura sindical ao governo, gerando uma série de críticas e enfrentamentos. Eliane Martins cita as diferentes visões e contradições das políticas getulistas, mas frisa que esse governo enfrentou as “feras do patronato”, como ela caracteriza. “Getúlio precisou estruturar também um arcabouço legal, no sentido de controlar essa fera que é a classe dominante, que é o patronato brasileiro. Essa fera colonial, essa fera do ódio, do açoite, do castigo, da punição”.

Essa e diversas outras contradições estão presentes na legislação brasileira sobre o trabalho, que inclusive demorou outros 20 anos para alcançar a população rural, que teve seu direito de organização apenas em 1963, no Estatuto do Trabalhador Rural. “Essas conquistas foram incorporadas pela Constituição de 1988 e foram duramente atacadas, desde então. Os ataques contra as leis de proteção da classe trabalhadora culminaram na reforma trabalhista de 2017, que fragilizou o alcance e garantia dos direitos”, critica Samuel.



Legenda: Considerada a primeira greve do Brasil, em 1858, os tipógrafos paralisaram a produção e lançaram seu próprio jornal. Estima-se que existiram 500 jornais sindicais até 1930

Crédito:
UERJ/Reprodução

DESAFIOS E PARTICIPAÇÃO

Além de bandeiras clássicas e pendentes, ainda em disputa – como a jornada de trabalho de 40 horas, a igualdade de salário entre homens e mulheres e outras – as mudanças no mundo do trabalho trazem outros desafios para a organização sindical.

Eliane Martins fala sobre a necessidade de investir em espaços de socialização, de troca, de investimento em relações de confiança. A socióloga, que estudou as diferenças de organização e de identidade dos trabalhadores em seu doutorado, pontua também os desafios de geração, de inclusão das diferenças, da necessária superação do modelo patriarcal de fazer política. Todos esses elementos são considerados fundamentais para o fortalecimento e reposicionamento da luta sindical.

Mas, ao mesmo tempo, Samuel lembra que a “campanha antissindical faz parte da ideologia da nossa sociedade, é constituinte do capitalismo.

Isso acontece desde sempre e, de tempos em tempos, é mais forte, ganha mais tração, mas são oscilações conjunturais”. Ainda assim, estudos do DIEESE apontam que as greves são ferramentas fundamentais e vitoriosas. Por exemplo, no primeiro semestre de 2023, 65% dos casos de greve tiveram algum êxito nas reivindicações.

“As pessoas sabem que, mesmo que apenas em uma situação limite, é o sindicato a quem se deve recorrer quando o tema é a questão do trabalho”, destaca Samuel.

LEIA ENTREVISTA DE ELIANE MARTINS NA ÍNTEGRA



CONTRA O ATAQUE NEOLIBERAL, UNIDADE NA LUTA É FERRAMENTA ESSENCIAL



Para vencer os desafios impostos pelo sistema capitalista no Brasil e no mundo, o trabalhador sempre contou com a organização coletiva em torno dos sindicatos. No entanto, para assegurar os direitos trabalhistas já conquistados, a luta passa por diversas esferas, não somente em negociação direta entre trabalhador e patrão.

A atuação no Poder Legislativo é um desses grandes espaços de luta do SERJUSMIG, e, para vencer o desafio claramente demonstrado na matéria da próxima página em nossa revista, o Sindicato conta com diversos parceiros nas batalhas no Legislativo para aumentar a força e garantir conquistas.

O historiador e diretor do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte (SindJustiça-RN), Bernardino Fonseca, defende

que a unidade política é essencial na luta dos trabalhadores desde sempre. Ele conta que o próprio surgimento dos sindicatos se deu a partir de lutas de diversos setores da sociedade articulados. Antes da Constituição Federal de 1988, só eram permitidas associações recreativas. Mas, com a luta organizada da classe trabalhadora, conseguimos avançar e, a partir daí, tivemos várias possibilidades sindicais, inclusive no setor público. Foi fruto da luta de estudantes, professores, intelectuais e trabalhadores do campo que conquistamos o direito à organização sindical”, relembra.

Com o modelo neoliberal hegemônico, a unidade se torna ainda mais necessária, uma vez que os ataques se voltam contra toda a classe trabalhadora, não somente os funcionários de uma empresa.

A luta por direitos se estende ao Congresso Nacional e ao governo federal, contra medidas como as privatizações, reforma administrativa (PEC 32) e outras medidas, exigindo a articulação entre categorias e estados. Para o debate dessas e de outras pautas, o SERJUSMIG se une, por exemplo, à Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, nacionalmente, e à Frente Mineira em Defesa do Serviço Público.

UNIÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA FORTALECE A CATEGORIA

No campo da luta no Poder Judiciário, o sindicato compõe a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos estados (FENAJUD), com outros 24 sindicatos.

Com a criação do Conselho Nacional de Justiça-CNJ, em 2004, que passou a regular as deliberações administrativas dos tribunais e criar metas e cobranças para todos os servidores do Poder Judiciário do Brasil, se fez ainda mais clara a necessidade de unidade entre a categoria. “O CNJ passou, inclusive, a tratar de salários de servidores. Então, para enfrentar essa instituição, a convergência de todos na FENAJUD fortaleceu os trabalhadores. A luta no CNJ pode ser travada localmente, mas é muito mais forte com todos juntos”, determina Bernardino.



O IMPACTO DAS BANCADAS PARLAMENTARES PARA OS TRABALHADORES

REPRESENTAÇÃO Casas legislativas ainda são dominadas por detentores do poder econômico

Um dos grandes âmbitos da luta sindical é o Poder Legislativo, onde são aprovadas as leis que regulam a vida no país. E é nesse lugar onde, nos últimos anos, os servidores públicos têm sofrido os maiores ataques.

Frequentemente, projetos de desmonte do Estado são propostos pelo Poder Executivo, mas seu desfecho depende do aval dos parlamentares. Por isso, é essencial analisar a formação de grupos e bancadas nos legislativos municipal, estadual e federal.

A atual composição do Con-

gresso Nacional e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) não representa os trabalhadores brasileiros, mas os interesses de uma pequena minoria que detém o poder econômico na sociedade.

Bancadas partidárias

O novo governo federal, de posicionamento progressista, não detém maioria no Congresso. Com 99 deputados federais, a bancada do Partido Liberal (PL) é maior do que a bancada governista.

Além da divisão partidária, o Congresso atualmente tem baixa representação sindical. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o Legislativo federal conta com 41 representantes sindicais, enquanto o ramo empresarial tem 210 parlamentares.

Eduardo Couto, presidente do SERJUSMIG e coordenador de assuntos parlamentares da FENAJUD, aponta que as consequências da baixa representatividade dos trabalhadores são a retirada de direitos e uma enorme dificuldade de avançar nas pautas trabalhistas.

CONGRESSO NACIONAL

BANCADAS	1991-1995	1995-1999	1999-2003	2003-2007	2007-2011	2011-2015	2015-2019	2019-2023	2023-2027
*EMPRESARIAL	**201 deputados	188: 166 deputados, e 22 senadores	166: 143 deputados, e 23 senadores	120: 104 deputados, e 16 senadores	99: 82 deputados, e 17 senadores	273: 246 deputados, e 27 senadores	251: 221 deputado, e 30 senadores	242: 204 deputados, e 38 senadores	210: 178 deputados, e 32 senadores
***PARENTES						105: 78 deputados, e 27 senadores	250: 211 deputados, e 39 senadores	199: 175 deputados, e 24 senadores	205: 184 deputados, e 21 senadores
***RURALISTA					32: 23 deputados, e 9 senadores	160: 152 deputados, e 18 senadores	126: 109 deputados, e 17 senadores	107: 80 deputados, e 27 senadores	81: 57 deputados, e 24 senadores
EVANGÉLICA	**1 deputado	**5 deputados	11 deputados - não há senadores	19: 18 deputados, e 1 senador	40: 36 deputados, e 4 senadores	73: 70 deputados, e 3 senadores	60: 57 deputados, e 3 senadores	92: 85 deputados, e 7 senadores	85: 73 deputados, e 12 senadores
SINDICAL	**25 deputados	**38 deputados	44: 40 deputados e 4 senadores	60: 55 deputados, e 5 senadores	60: 55 deputados, e 5 senadores	72: 64 deputados, e 8 senadores	60: 51 deputados, e 9 senadores	40: 35 deputados, e 5 senadores	41: 35 deputados, e 6 senadores
FEMININA	**28 deputadas	32: 27 deputadas, e 5 senadoras	40: 35 deputadas, e 5 senadoras	52: 42 deputadas, e 10 senadoras	49: 39 deputadas, e 10 senadoras	57: 45 deputadas, e 12 senadoras	64: 51 deputadas, e 13 senadoras	89: 77 deputadas, e 12 senadoras	99: 86 deputadas, e 13 senadoras
SEGURANÇA	**4 deputados	4: 3 deputados, e 1 senador	7: 6 deputados, e 1 senador	7: 6 deputados e 1 senador	7: 7 deputados, e 1 senador	4: 4 deputados, e nenhum senador	22 parlamentares (só é citado o total)	70: 61 deputados, e 9 senadores	66: 56 deputados, e 10 senadores

Obs.: *Eram contados juntos (empresários rurais e urbanos) nos períodos 1991-1995 / 1995-1999;

**Não foram informados os dados do Senado; e

***Onde não há informações é porque não há o histórico.

Esfera estadual

Na ALMG, de 77 deputados, 57 pertencem à base aliada de Romeu Zema (Novo). “Quando você tem uma bancada liberal, você automaticamente tem uma forte defesa do Estado mínimo, que leva ao sucateamento do serviço público e à privatização a baixo custo”, reforça Eduardo Couto.

Para a deputada estadual Lohanna (PV), vice-líder do Bloco Democracia e Luta, o governador de Minas Gerais não sabe identificar onde a privatização tem potencial exitoso ou catastrófico. “Ele não consegue ou não quer distinguir áreas estratégicas para a sociedade, nas quais a privatização não é bem-vinda, assim como não consegue entender que alguns serviços que o Estado presta aos cidadãos não são mercadorias, e, sim, direitos”, detalha a parlamentar.

MAIS DO QUE CONSCIENTE, O VOTO PRECISA SER CRÍTICO

Segundo pesquisa Data-Folha, publicada em 2022, a maioria dos eleitores não lembra em quem votou para deputado federal e senador. Ou seja, grande parte da população entregou o poder de decisão sobre o seu país a um parlamentar que não conhece ou não acompanha.

É necessário ser mais do que consciente na hora de votar, a decisão precisa ser tomada de forma crítica. “A criticidade implica escolhermos nossos candidatos não apenas pela lógica ou clareza de seu discurso, mas também, e sobretudo, pelos interesses que ele representa. Assim, não faz sentido, na democracia representativa, que alguém julgue estar votando de maneira crítica ou consciente quando escolhe um candidato comprometido com uma classe social ou um segmento aos quais esse alguém não pertence”, afirma a deputada Lohanna.

Eduardo Couto ainda reforça a importância das eleições e propõe uma reflexão: “o voto é uma procuração. É uma responsabilidade imensa. É alguém que nos representará em todas as decisões públicas por quatro anos. No caso do Senado, por oito anos.

A grande pergunta a ser feita é: qual o Estado nós queremos?”.

SERJUSMIG NO LEGISLATIVO

A atuação parlamentar do sindicato não é algo supérfluo ou meramente complementar. No Poder Legislativo, são tomadas, todos os dias, decisões que afetam diretamente o serviço público: aprovação ou rejeição de reajustes salariais, retirada de direitos, reformas profundas no Estado.

Por isso, não basta estar todos os dias na porta do TJMG e descuidar do trabalho junto a deputados e senadores. Além disso, não adianta nada cobrar carreira, melhores salários e condições de trabalho e eleger parlamentares que provam, na prática, que são contra os direitos dos servidores.

Por essa razão, o sindicato mantém uma atuação pertinaz junto ao Legislativo, com visitas a gabinetes, mobilizações da categoria, apresentação de proposições de lei a parlamentares aliados e mobilização da categoria.

Para sua atuação parlamentar unitária, as frentes são ferramentas indispensáveis. O SERJUSMIG constrói, por exemplo, a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social Pública.

“ Os serviços que o Estado presta aos cidadãos não são mercadorias

As eleições municipais também são importantes, já que vereadores e prefeitos acabam por fazer o papel de cabos eleitorais de deputados e senadores. Assim, é necessário entender as alianças políticas.

“Se elegermos vereadores e prefeitos liberais, que defendem privatizações, nós teremos essas pessoas e seus eleitorados defendendo candidaturas também com esses interesses. A gente entra em um ciclo vicioso contra os servidores”, aponta Eduardo Couto.



ESTÃO TENTANDO FAZER UMA PROFUNDA REFORMA DO ESTADO... PARA PIOR!

RESISTÊNCIA Retomar a pressão sobre parlamentares é indispensável para sepultar a PEC 32 e o RRF

Com uma das composições mais conservadoras nos legislativos estadual e federal, o serviço público resiste a duas grandes propostas de desmonte: a Reforma Administrativa (PEC 32/2020) e o Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

A resistência do movimento sindical e de parlamentares progressistas têm barrado o avanço dessas pautas. Porém, sepultá-las supõe aumentar a mobilização, exigindo do Congresso e da Assembleia Legislativa a completa rejeição dessas propostas.

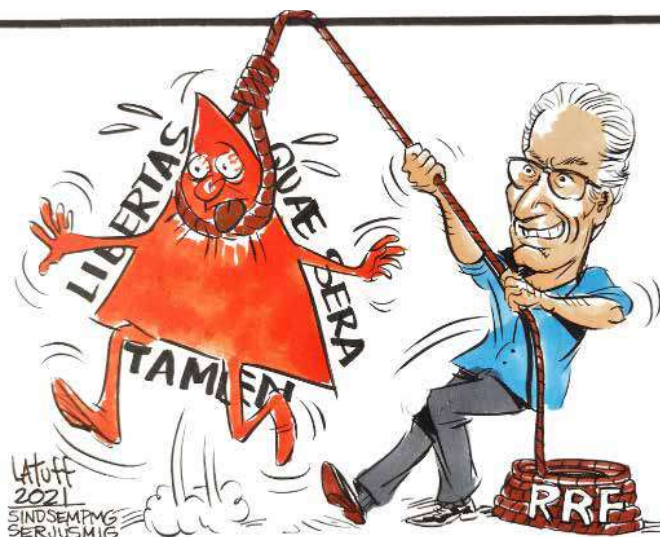
Reforma administrativa

A PEC 32 prevê uma profunda reformulação do serviço público, de tal maneira que o trabalho dos servidores seja organizado pelos ditames da iniciativa privada: sem concursos, sem estabilidade, sem carreira e outras garantias.

Em 2021, um texto substitutivo foi aprovado em Comissão Especial. Em que pesem as manifestações do novo governo, contrárias à PEC 32, a pauta foi retomada em setembro de 2023.

“A proposta voltou por exigência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL)”, relata o deputado federal Rogério Correia (PT), coordenador da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público.

Ele sublinha que é necessário



retomar a pressão sobre os parlamentares, aos quais caberá decidir o destino da PEC 32. “Caso ela seja aprovada, toda a estrutura do Estado será subordinada aos interesses da iniciativa privada. Eles vão passar a fazer contratações temporárias para todo o serviço público”, alerta.

Falsa recuperação fiscal

Quase simultaneamente, o governo Zema (Novo) pediu à Assembleia que desarquivasse o Projeto de Lei 1.202/2019, que prevê a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal.

O RRF oferece aos estados um alongamento do prazo para quitação de sua dívida com a União, suspendendo o pagamento no primeiro ano e retomando-o nos nove seguintes, aumentando o valor da parcela a cada ano.

Em troca, o estado deverá renunciar a ações judiciais que questionem a dívida e adotar uma série de medidas estruturais, como a privatização de estatais, a criação de um teto de gastos estadual, o congelamento de carreiras e salários, a não realização de concursos públicos e a subordinação da gestão financeira estadual a um conselho supervisor.

O presidente do SERJUSMIG, Eduardo Couto, explica que as imposições do regime, além de não resolverem a situação financeira de Minas Gerais, ainda aprofundam os problemas do serviço público.

“As demandas da população, naturalmente, crescem. Contudo, o investimento público, que deveria acompanhar o crescimento dessas demandas, diminuirá, fazendo cair a qualidade do serviço prestado”, prevê.

NA BATALHA DAS IDEIAS, NÃO PODE FALTAR A COMUNICAÇÃO SINDICAL

A luta dos trabalhadores é árdua. A batalha é contra o neoliberalismo, representado em Minas Gerais por Romeu Zema, com a tentativa de privatização das estatais mineiras e a imposição do Regime de Recuperação Fiscal, dentre outras políticas de precarização do serviço público e retirada de direitos.

Em âmbito nacional, há a retomada da Reforma Administrativa, conhecida PEC 32, que levaria ao fim da estabilidade dos servidores, entre outros retrocessos. Para intensificar o ataque aos trabalhadores e ao povo brasileiro, esses inimigos têm em mãos uma ferramenta importantíssima, que tem garantido a hegemonia neoliberal na sociedade: a comunicação, a mídia comercial.

Diariamente, o pensamento neoliberal bombardeia as casas e as vidas das pessoas, exaltando o individualismo, a meritocracia e muitos tantos valores que somente fortalecem o poder instituído. Nos últimos anos, em especial durante as investigações da Operação Lava Jato e as eleições de 2018, ficou clara a importância estratégica da comunicação na política e destino de um país.

Nessa batalha das ideias, a comunicação sindical é imprescindível. Deve deixar de ser entendida como meramente instrumental, e sim como algo ainda mais importante e definidor. A comunicação sindi-

cal deve estimular a luta pela transformação da sociedade e apresentar os caminhos para concretizar esse sonho.

“É preciso ter uma comunicação que dispute tudo com nossos inimigos. Ou seja, dosar os temas da nossa comunicação: falar do imediato, sim. Do concreto, sim. Mas, ao mesmo tempo, falar dos interesses históricos dos trabalhadores, de uma sociedade democrática, solidária, justa”, sustentava o jornalista e escritor Vito Giannotti, especialista no assunto.

Mãos na massa

A comunicação sindical deve, ainda, ser capaz de refletir as principais ações e decisões da organização dos trabalhadores, apresentar as políticas da sua direção e fortalecer a identidade do sindicato.

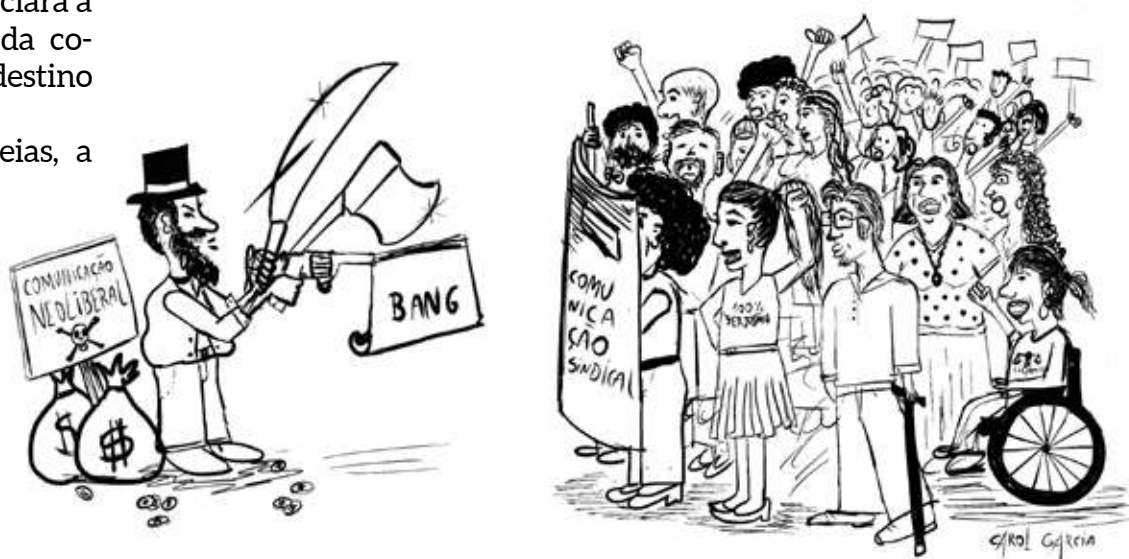
Ela é instrumento da organização, na elaboração de materiais diversos, que auxiliem no trabalho da diretoria, dos funcionários e, principalmente, sejam apoio dos servidores na atuação sindical.

É nesse sentido que caminha a comunicação do SERJUSMIG. Com uma equipe totalmente reformulada, entendimento estratégico da ferramenta, planejamento e monitoramento permanente do setor, buscamos sempre o melhor.

São empregadas diversas ferramentas inovadoras e espaços de diálogo entre os servidores e o sindicato, em linguagem variada, como áudio, materiais impressos, vídeos, WhatsApp e redes sociais. Estamos sempre nos atualizando.

O que buscamos é encontrar você, servidor e servidora, comprometidos com a luta por direitos, comprometidos com a melhoria na qualidade de vida e condições de trabalho, e, principalmente, com a prestação jurisdicional à população mineira.

Estamos à disposição, a todo momento, de cada um e cada uma de vocês. Vamos, juntos, construir a sociedade que queremos, onde estejam garantidos todos os nossos direitos.



DIREITOS NÃO CAEM DO CEU!

FILIE-SE E
TORNE-SE PARTE
ATIVA DA LUTA
DO SINDICATO



UM SINDICATO FORTE PRECISA TER UM SETOR JURÍDICO FORTE

ASSESSORIA Equipe é composta por advogados do SERJUSMIG e escritórios parceiros

“A atuação jurídica do sindicato vai além das questões de direitos monetários. A assessoria jurídica garante a luta sindical em si”. É assim que Ronaldo Ribeiro Júnior, vice-presidente e diretor jurídico do SERJUSMIG, sintetiza a importância dessa ferramenta na representação dos trabalhadores.

O setor jurídico do sindicato conta com quatro funcionários, dois diretores e quatro escritórios parceiros. Nessa força-tarefa, são tratadas questões individuais e coletivas, desde a esfera administrativa até o aconselhamento previdenciário ou criminal. Já foram alcançadas diversas conquistas, como o resultado das ações do vale-lanche, o pagamento dos substitutos de plantão e as correções monetárias das últimas datas-bases. Porém, a judicialização da luta sindical vai muito além de ações pontuais.

Representação sindical é direito constitucional

Um dos exemplos mais fortes da importância do braço jurídico na luta do SERJUSMIG é a greve realizada em 2015. Durante a paralisação, além de atos em frente ao TJMG, os servidores começaram uma campanha nas redes sociais para cobrança das demandas, especialmente a data-base. A intenção das postagens era provocar o então presidente do Tribunal de Justiça de

Minas Gerais, desembargador Pedro Bittencourt, a cumprir com a lei que assegura a recomposição salarial dos servidores.

Nessa oportunidade, o chefe do órgão tentou cercear os direitos sindicais dos representantes do SERJUSMIG, processando servidores e dirigentes envolvidos na greve. A partir da luta jurídica, o Sindicato comprovou a constitucionalidade da greve e reverteu a situação, protegendo os trabalhadores.

Em seu artigo 9º, a Constituição Federal assegura aos trabalhadores o direito de greve como meio de defender seus interesses: Art. 9º *É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. § 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.*

O terceiro vice-presidente, Felipe Galego, que também atua na pasta do jurídico, ressalta que é decisivo ter o apoio jurídico para atuar na luta por direitos. “Ter um jurídico forte é importante para respaldar as ações políticas e sindicais”, aponta Felipe.

Judicializar, mas com cautela

Na vida sindical, podem ser frustrantes os atrasos de pagamento, a batalha para não

perder direitos básicos e a negociação cansativa. Porém, é indispensável ter em mente que o caminho judicial não deve ser trilhado imprudentemente. É necessário exaurir as opções de negociação administrativa, até para que a judicialização tenha sustentação.

“A judicialização é necessária e deve ser utilizada, mas processos podem levar mais de uma década para serem finalizados”, lembra o diretor Ronaldo. Em razão disso, o SERJUSMIG utiliza a luta jurídica com cautela e entra com causas bem estruturadas, tendo, assim, a maioria de suas ações com resultados exitosos.



ENCONTROS REGIONAIS EM TODA MINAS GERAIS

IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DO SINDICATO

Os encontros regionais são importantes momentos de compromisso e participação na vida sindical. Com intensa programação, atividades formativas, debates sobre as estratégias do sindicato e confraternização, o SERJUSMIG retomou a realização dos encontros em 2023, com presença em três municípios, reunindo, ao todo, cinco regionais.

A diretoria faz o seu trabalho diariamente, com reuniões, planejamento, acompanhamento das pautas de interesse dos associados, encontros e visitas. Mas a elaboração estratégica das ações do sindicato e a demonstração de força junto ao TJMG e governos exige a participação de todos.

Após o sucesso da rodada de visitas às 298 comarcas do Poder Judiciário de Minas Gerais, em 2022, a gestão “Compromisso e Luta” pretende realizar encontros em todas as 10 regionais do sindicato. Em 2024, acontecerão outros três encontros. Para não perder na sua região, anote aí: dia 16 de março, reúne-se a regional Montes Claros; no dia 25 de maio, estarão juntas as regionais Governador Valadares, Teófilo Otoni e Manhuaçu; no dia 24 de agosto, será a vez da regional Belo Horizonte.





ZONA DA MATA

O encontro regional de 2023 foi realizado na cidade de Juiz de Fora, no início do mês de abril, quando servidores das 32 comarcas se reuniram no Premier Parc Hotel para debater as pautas dosindicato e participar de momentos de formação. Além do evento principal, o final de semana contou com o 1º Encontro Regional do Núcleo de Aposentados do SERJUSMIG e uma edição especial da Caravana da Saúde.

TRIÂNGULO MINEIRO

Realizado no histórico Grande Hotel Termas de Araxá, o segundo Encontro Regional do ano envolveu os servidores das regionais Uberaba e Uberlândia e contou com cerca de 250 associados. No dia 17 de junho, os participantes aproveitaram para tirar dúvidas sobre as ações recentes do sindicato, além de assistir uma palestra sobre autoconhecimento e outra sobre assédio moral no trabalho.



SUL DE MINAS

No último encontro regional do ano, em agosto, o sindicato uniu as regionais de Poços de Caldas e Pouso Alegre. O evento aconteceu no Palace Hotel, conhecido pelo antigo cassino e pelas Thermas Antônio Carlos. A cidade de Poços de Caldas reuniu mais de 200 servidores e servidoras que trataram, entre outros assuntos, da conjuntura política do Estado de Minas Gerais. O momento foi crucial para lembrar a importância de votar em parlamentares comprometidos com os trabalhadores.



MESA DE NEGOCIAÇÕES É RESULTADO DA LUTA

DEMOCRACIA **Maior parte do movimento sindical ainda não tem espaço para defender suas pautas**

Há dois anos, SERJUSMIG, SINDOJUS e SINJUS se reúnem todos os meses com a direção do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) na mesa permanente de negociações. Trata-se de um espaço importante de defesa dos interesses dos servidores. Mas nem sempre foi assim.

Entre 2013 e 2017, todas as datas-bases concedidas tiveram índices de reposição inferiores à inflação do respectivo ano, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado é que, atualmente, a categoria sofre uma perda salarial acumulada de 11,20%.

Na época, uma gestão fechada aos sindicatos levou a que, na greve de 2015, uma das reivindicações do SERJUSMIG fosse a abertura de negociação real, com o lema: “Escuta, TJMG!”. Ao

mesmo tempo, o presidente do Tribunal gabava-se de “não precisar de intermediários”, isto é, de não conversar com sindicatos.

Fruto de luta persistente, as gestões subsequentes do Tribunal perceberam que era desvantajoso fechar totalmente as portas aos servidores. Contudo, somente em julho de 2021, os sindicatos passariam a ter uma mesa permanente, com reuniões periódicas.

“A mesa sinaliza que, ao menos uma vez por mês, temos onde conversar, atualizar a nossa pauta e trabalhar o convencimento dos gestores. E, para além da mesa negociações, fomos abrindo e ocupando outros espaços democráticos”, avalia Rui Viana, vice-presidente do SERJUSMIG.

Na Bahia, é muito pior

No 7º estado com maior PIB do Brasil, a Bahia, os servidores

“ O sindicato precisa lutar por um espaço para defender sua pauta.

do Judiciário estadual estão há seis anos sem reposição salarial, já que os índices concedidos nesse período são inferiores à inflação medida pelo IPCA. Por isso, as perdas acumuladas chegam a 48,58%.

“Na campanha de 2024, novamente, bateremos à porta do Tribunal para instalar uma mesa. Hoje, fazemos a pauta, que é entregue ao presidente. Quando há resposta, ele diz o que pode ou não atender, de modo que [a reunião] funciona mais como um espaço de comunicação do que propriamente de negociação”, relata o analista judiciário Adelson Costa de Oliveira, coordenador do Sindicato dos Servidores dos Serviços Auxiliares do Poder Judiciário do Estado da Bahia (Sintaj-BA).

No Executivo mineiro, não há conversa

Desde 2019, quando Romeu Zema (Novo) assumiu o governo, os servidores do Poder Executivo enfrentam uma das mais agressivas políticas de arrocho

“**Os servidores enfrentam uma das mais agressivas políticas de arrocho salarial da história**

da história. Em 2022, após anos sem reajuste, o governo propôs 10,06%.

No quadro administrativo, servidores sofrem 50% de defasagem salarial, enquanto 70% recebem abaixo de dois salários mínimos. Nem por isso o governo admite negociar.

“Até hoje, não sentou para discutir carreiras ou concurso”, denuncia Ronaldo Machado, diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais (SindPúblicos-MG).

HÁ MUITO QUE MELHORAR...

O fato de a mesa do TJMG ser uma conquista não significa que ela traga soluções fáceis para todos os problemas, sem a mobilização da categoria. Frequentemente, trabalhadores criticam a falta de soluções concretas em algumas reuniões. Por isso, é preciso garantir melhor fluxo de informações, transparência e resolutividade nas questões apresentadas.

“Temos visto o envio de propostas para o Legislativo em prazo muito curto. Precisamos do envio prévio das informações para os sindicatos, seja de projetos, seja no detalhamento do orçamento. Termos acesso às publicações bimestrais, trimestrais, facilitaria o trabalho das nossas assessorias e daria maior segurança aos trabalhadores”, defende Rui Viana.

MESA FEDERAL E NECESSIDADE DE MARCO REGULATÓRIO

Em fevereiro de 2023, o governo federal recriou a Mesa Nacional de Negociação Permanente com os servidores federais, um espaço democrático abolido nos dois governos anteriores. Em 14 anos, a mesa fora responsável pela celebração de 175 acordos, garantido recuperação de salários, estruturação de carreiras e democratização das relações de trabalho.

Porém, a pauta do serviço público não se esgota nessa importante medida. O SERJUSMIG, a FENAJUD e outras entidades defendem a criação do Marco Regulatório das Relações de Trabalho no Setor Público, com normas que regulamentem as relações trabalhistas, avançando na definição de direitos e deveres. O Marco terá validade para a União, estados e municípios.



Legenda: Greve do SindPúblicos - Foto: Luiz Santana/ALMG

APOSENTADO, SIM! NA LUTA, SEMPRE!

Passadas décadas como servidor ativo, onde foi preciso atuar em manifestações para preservar direitos trabalhistas, após a aposentadoria a participação deve continuar. Medidas como o Teto de Gastos afetam todos os cidadãos, inclusive os trabalhadores que já se aposentaram. “Se o servidor público não tem aumento, a contribuição previdenciária cai, dificultando o pagamento dos aposentados”, exemplifica Thiago Rodarte, economista do DIEESE.

Foi com a intenção de reintegrar os aposentados e aposentadas na luta sindical e incentivar a ressignificação do período pós-laboral como oportunidade de autocuidado, saúde e diversão que o SERJUSMIG criou o Núcleo de Aposentados e Aposentadas (NAS), em 2015. Atualmente, o NAS conta com a participação intensa dos trabalhadores aposentados e busca se fortalecer ainda mais.

Em 2023, foi realizado o Encontro Estadual dos Aposentados e Aposentadas, atividade que promete se repetir a cada ano. Para o próximo, já foi definida a realização no mês de junho.



Paulo César Silva

Servidor aposentado e primeiro membro do NAS

“A certeza que os servidores ativos podem ter é de que um dia vão se aposentar. Então, acredito que o pensamento deve ser de dar continuidade à luta, enquanto estão na ativa e depois da aposentadoria. É um trabalho antes, durante e depois.”

Sãozinha

Servidora aposentada e delegada sindical da comarca de Senador Firmino

“Os aposentados precisam trazer sua experiência ativamente na luta. Nós não podemos esquecer da nossa função sindical, porque nossos direitos ainda correm riscos. Temos muitos aposentados participando, mas todos deveriam estar presentes.”



Théo Lellis

Servidor aposentado e diretor sindical

“O aposentado tem força e precisa estar na luta. É preciso conscientizar de que a luta por direitos é de toda a população. Se o aposentado ficar sentado no sofá, sem ligar para a carreira dele e dos servidores da ativa, fica fácil para os direitos serem retirados dos trabalhadores.”

CONHEÇA UM POUCO
A HISTÓRIA DO NAS



Ângela Rosiler

Servidora aposentada

“Sabemos que os ataques aos direitos continuam vindo mesmo depois da aposentadoria. Precisamos sempre reivindicar. Precisamos lutar para que a justiça seja feita, tanto para os trabalhadores na ativa, quanto para os aposentados.”



CONVÊNIO NÃO É OBRIGAÇÃO, MAS UM BENEFÍCIO DO TRABALHO SINDICAL

A história da luta sindical mostra que o surgimento das entidades se deu a partir da necessidade dos trabalhadores em se ajudar, apoiar-se em ações coletivas para garantir a sobrevivência.

Eram realizadas desde doações de alimentos para famílias em necessidade até “vaquinhas” para custear serviços funerários. Ainda que, após a Constituição de 1988, os sindicatos no Brasil passem a ter liberdade de organização política de fato, e não somente a sua atuação como associações recreativas, o apoio mútuo segue sendo importante na vida das entidades.

“Quando você tem a organização coletiva, consegue negociar diversos serviços, como um plano de saúde melhor, por exemplo. E essas ofertas se tornam também um benefício do sindicato”, explica Thiago Ro-

darte, economista e assessor do Dieese.

O vice-presidente do SERJUSMIG Felipe Galego concorda e destaca que o papel primordial do sindicato é a representatividade e a atuação política em defesa dos trabalhadores e do serviço público. No entanto, a organização sindical proporciona aos associados outros benefícios.

“Entendemos que o bem-estar do trabalhador não diz respeito somente à vida laboral no ambiente de trabalho, mas, sim, olhar para toda a integralidade do ser humano, relação com a família, saúde, lazer e outros”, compromete-se o diretor.

A negociação dos convênios e redução de preços leva em consideração o grande número de associados que formam a base do SERJUSMIG, com quase

12 mil filiações. “Como atrativo para a empresa, temos a nossa comunicação, com publicidade e divulgação ampla, e uma enorme carteira de futuros e possíveis clientes”, destaca Felipe. Assim, são possíveis acordos com valores muito abaixo dos cotados no mercado.

O economista Thiago esclarece que tal negociação seria impossível sem a organização coletiva. “Uma empresa, seja para buscar descontos ou até em conquistas trabalhistas, é mais forte que o funcionário sozinho, não tem margem de negociação. Mas uma associação com quase 12 mil tem poder de barganha, ou força para pressão política”, diz.

**CONHEÇA OS
CONVÊNIOS E
BENEFÍCIOS DO
SERJUSMIG**



**ESTAMOS
AQUI POR
VOCÊ!**

Departamento Jurídico

Whatsapp: (31)99881-9344
(31) 3025-3509/3511/3512/3517
juridico@serjasmig.org.br

Comunicação

Whatsapp: (31)99778-3411
(31)3025-3515
comunicacao@serjasmig.org.br

Núcleo dos Aposentados (as) do SERJUSMIG-NAS

Whatsapp: (31)99513-6592
(31)3025-3523/3501
nas@serjasmig.org.br /
nas.sjm@serjasmig.org.br

**Demais
contatos do
SERJUSMIG:**



ASSÉDIO MORAL E SEXUAL SÃO FREQUENTES NO TJMG E ESTÃO RELACIONADOS À FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

ENFRENTAMENTO Construir um ambiente saudável para o trabalhador supõe lutar contra a precarização

Conforme demonstram a história e os muitos desafios diários da luta sindical, sua principal missão é buscar qualidade laboral e de vida para os trabalhadores. Muitas das conquistas garantem, de fato, melhorias no cotidiano do trabalho, bem como avanços econômicos para a classe. No entanto, a saúde mental é desdenhada no mundo do trabalho. Defendê-la é um grande desafio.

Em julho, a imprensa comercial trouxe a público um grave caso de assédio sexual e moral na comarca de Divinópolis. Segundo as denúncias, um juiz e um assessor teriam submetido ao menos sete servidoras, estagiárias ou ex-funcionárias a maus tratos, humilhações, importunações sexuais e pressões para manterem relações íntimas, entre outras violências. Uma ex-estagiária teria relatado agressão física.

Fotos e vídeos suscitaram asco, revolta e perplexidade em quem duvidava que situações tão extremas pudessem ocorrer em ambientes do TJMG. Menos surpreendente, porém, é o fato de que as violências nas relações de trabalho são uma realidade no Judiciário mineiro.

Atestam-no as frequentes queixas e denúncias, especialmente de mulheres, acolhidas pelo Núcleo de Saúde do SERJUSMIG. Em muitos casos, a convivência torna-se tão insuportável que a pessoa assediada não vê outra solução a não ser mudar de setor, comarca ou pedir exoneração.

O Judiciário é um terreno fértil para o assédio?

Segundo o psicólogo Arthur Lobato, integrante do Núcleo, as causas do sofrimento e adoecimento vão muito além do mero jogo de relações interpessoais entre indivíduos no ambiente laboral. Remetem, pois, à forma como se organiza o trabalho nos tempos atuais. “São efeitos danosos do assédio moral, da política verticalizada do ‘Judiciário 4.0’ e de políticas implementadas através de resoluções monocráticas”.

Relacionado a isso, a equipe multidisciplinar do Núcleo conta que, contrariando uma expectativa do início da pandemia, as reclamações por assédio moral aumentaram com o trabalho não presencial, ao invés de diminuir.

“Chegamos a receber, em 2021, dez ligações por semana, seja de assédio vertical (entre superior e subordinado), seja de assédio horizontal (entre sujeitos no mesmo nível hierárquico)”, recorda a assessora da diretoria Raquel Orlando.

A avaliação de desempenho, um instrumento que deveria orientar a melhoria do trabalho, frequentemente torna-se instrumento de intimidação, chantagem, ameaça. Em levantamento feito nas redes do SERJUSMIG em 2021, servidores relataram que, por medo de receberem uma avaliação negativa, acabavam por aceitar condutas abusivas de superiores.

Constranger e violar os limites do outro

O assédio moral compreende uma série de pressões abusivas,

“O ponto de partida é a pessoa assediada sinalizar para o outro que não aceita aquela conduta

com gestos ou palavras, ameaças, constrangimentos e humilhações, que ferem a dignidade da pessoa e minam a capacidade laboral, causando sofrimento mental e físico.

O assédio sexual, já tipificado no Código Penal brasileiro (artigo 216-A), envolve uma relação de poder, na qual o assediador tenta se valer de sua posição para constranger o assediado, obtendo vantagens sexuais.



A equipe constatou que o assédio moral é muito mais frequente. Porém, o assédio sexual pode ter impactos ainda mais profundos na vida de quem sofre esse tipo de violência. “E, na maioria dos casos, o assédio

sexual desencadeia situações de assédio moral no ambiente de trabalho”, acrescenta Raquel Orlando.

Não dá para combater sozinho

“O ponto de partida é a pessoa assediada sinalizar para o outro que não aceita aquela conduta. A partir de então, é preciso também buscar ajuda”, aponta a psicóloga Ana Elisa Xavier.

Ao menor sinal de que enfrenta esse tipo de situação no ambiente de trabalho, o sindicalizado pode entrar em contato com a equipe de acolhimento, que verificará se há necessidade de acompanhamento psicológico, jurídico ou administrativo, encaminhando o caso para profissional competente.

“Além disso, é importante elencar estratégias de autoproteção, registrar as situações e perceber como pode sair desse quadro de violência”, completa a

psicóloga.

O apoio dos colegas de trabalho também é fundamental. “Já tivemos casos no SERJUSMIG em que fomos procurados por servidores que se solidarizaram com colegas e fizeram contato, indicando que ali havia uma coisa errada. Então, fomos à comarca, conversamos com a equipe e, pouco tempo depois, tivemos um feedback positivo, antes mesmo que fosse necessária uma denúncia administrativa ou uma ação judicial”, lembra Raquel.

Por fim, construir um ambiente de trabalho que não adoça o trabalhador passa por uma luta política mais ampla de enfrentamento à precarização do trabalho. “Contra uma política excessivamente desumana de metas de produtividade, que gera sofrimento e adoecimento. Pelos direitos do teletrabalhador, pelo direito à desconexão. Afinal, não somos máquinas, somos seres humanos de corpo, espírito, sentimento e razão”, conclui Arthur Lobato.

ASSÉDIO SEXUAL NO TRABALHO É CRIME

Considera-se assédio sexual:

Resolução nº 351/2020

“Conduta de conotação sexual praticada contra a vontade de alguém, sob forma verbal, não verbal ou física, manifestada por palavras, gestos, contatos físicos ou outros meios, com o efeito de perturbar ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de lhe criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.”



O SERJUSMIG reprovava todo e qualquer ato de assédio e oferece aos seus filiados o acolhimento e atendimento aos servidores que desejam se proteger, denunciar ou mesmo conhecer mais sobre o tema.

Informe-se

Núcleo de Saúde do SERJUSMIG

Arthur Lobato, Ana Elisa Xavier e Raquel Orlando
(31) 3025-3516
asses.diretoria@serjusrmig.org.br

O SERJUSMIG ESTÁ O TEMPO TODO FALANDO COM VOCÊ !

INSTAGRAM



FACEBOOK



YOUTUBE



SITE



X (TWITTER)



WHATSAPP



SPOTIFY



Acesse nossos canais de comunicação e fique por dentro das notícias de interesse da categoria!

NADA SERÁ COMO ANTES!

Os últimos anos da história do SERJUSMIG foram marcados por inúmeras transformações que afetam diretamente os servidores do TJMG. Pandemia do novo coronavírus, expansão e regulamentação do teletrabalho, reformas como a trabalhista e previdenciária, ameaças de destruição do serviço público, como a PEC 32 e o RRF, e outras tentativas de mudança estrutural do Estado brasileiro.

Nesse contexto, o trabalho sindical foi dificultado, quer pela impossibilidade do encontro presencial, nos piores momentos da pandemia, quer pela perda de receitas causada pelo fim do imposto sindical, quer pela onda de ataques neoliberais aos nossos direitos.

Ao lado de outras entidades que travam a luta de classes no Brasil, o SERJUSMIG “resistiu na boca da noite”, como diriam os mineiros Beto Guedes e Milton Nascimento. Conseguimos, provisoriamente, barrar muitas das reformas e derrotar, nas urnas, forças políticas que declararam guerra ao serviço público, prometendo colocar uma “granada

no bolso do inimigo”.

Ao mesmo tempo, conquistamos pautas importantes da carreira, remuneração, descongelamento da contagem de tempo, concurso público e outros direitos; ocupamos espaços de defesa de nossas bandeiras no TJMG; visitamos as 298 comarcas de Minas Gerais, no projeto 100% SERJUSMIG, e iniciamos o ciclo de encontros regionais no estado; estruturamos nossa comunicação e ultrapassamos as 11.600 filiações. Hoje, temos uma das maiores taxas de sindicalização do mundo!

Grandes passos foram dados. Que sindicato teremos, então, de agora em diante? Irreversivelmente, uma organização mais sólida, reconhecida e respeitada. Mas também uma organização mais exigente consigo mesma, com mais tarefas, desafios, cobranças e ataques das forças que querem minar o movimento sindical.

É grande a seara

Um sindicato desse porte deve ser construído pelas mãos

de milhares de pessoas. Dora-vante, a representação dos filiados nas negociações, a provisão de serviços, uma comunicação profissional, um corpo jurídico cada vez mais qualificado e outras atividades não esgotarão as tarefas do SERJUSMIG.

É preciso que você, associado, se veja como um sindicalista. Pergunte a si mesmo: qual é o meu lugar nessa ferramenta de auto-organização dos servidores? Como posso colaborar na conquista dos meus direitos?

Sem dúvidas, a filiação é um passo importante, mas está longe de ser o último. Participar das lutas e mobilizar colegas, travar os necessários debates em sua comarca, acompanhar e difundir o que é produzido pela comunicação do SERJUSMIG, pautar a diretoria nos espaços democráticos de participação são outros passos a serem dados.

Se, juntos, dermos conta dessas tarefas coletivas, poderemos, então, dizer que o sindicato somos todos nós.

SERJUSMIG
Unir, Lutar e Vencer!



